



EDITAL
CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026
PREÂMBULO

Torna-se público que a **A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TOCANTINS - TO, inscrita no CNPJ sob o nº 25.063.983/0001-36**, com sede estabelecida na cidade de São Bento do Tocantins - TO, sito na Praça Osvaldo Franco, 62 - Bairro Centro, CEP: 77.958-000, neste ato representado pelo senhor Prefeito, Paulo Wanderson de Sousa Damasceno, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 6611022 SSP/TO e CPF: 018.803.631-86, residente na Rua do Antigo Aeroporto, Nº 641, Centro - TO, CEP 77.958-000, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação pública na modalidade **CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 004/2026**, **CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**, com modo de disputa **ABERTO** sob o regime de execução indireta por empreitada por menor preço unitário, por meio do Sistema Eletrônico de Administração de Compras, através do site <https://licitanet.com.br/>, de conformidade com as disposições nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis e suas alterações e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, e Anexos.

a) A sessão de processamento da presente Concorrência será realizada na data de **16 de julho de 2026, às 08:10 horas**, por meio de Sistema Eletrônico, e será conduzida pelo Agente de Contratação com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do Processo em epígrafe.

b) DATA E HORÁRIO LIMITES PARA CADASTRO DE PROPOSTAS: As propostas devem ser apresentadas no portal de Licitanet até as **08:10 horas do dia 16 de julho de 2026**.

c) DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: A **sessão de processamento** da presente Concorrência será realizada no PORTAL - <https://licitanet.com.br/>, com início da sessão de disputa de preços às **08:10 horas do dia 16 de julho de 2026**.

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei Federal 14.133/21.

d) O HORÁRIO DE ENCERRAMENTO DA SESSÃO de lances ficará a critério do Agente de Contratação, de acordo com as necessidades provindas do andamento da referida concorrência.

e) OCORRENDO DECRETAÇÃO DE FERIADO ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

f) ENDEREÇO: As propostas de preços e os documentos para habilitação serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: <https://licitanet.com.br/>

g) EDITAL: As empresas interessadas em participar da presente licitação deverão obter cópia do Edital, seus anexos através do portal da transparência do município no site www.saobentodotocantins.to.gov.br, na página do SICAP-LCO, site do Tribunal de contas Estado do TO, aviso desta licitação no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Bento do Tocantins/TO.

As empresas que efetuarem o download dos editais disponíveis e que estejam interessadas em participar da licitação deverão, obrigatoriamente, acompanhar as possíveis alterações



ocorridas no Edital, bem como esclarecimentos a eventuais dúvidas e questionamentos realizados.

I) DA EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO: Prefeitura Municipal de São Bento do Tocantins/TO, na qualidade de interveniente Promotor, processará a presente licitação.

j) A presente licitação será processada exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, disponibilizada e processada no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/> a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização da Concorrência Eletrônica.

k) As Propostas e as declarações complementares, se houverem, serão recebidas pelo Município de São Bento do Tocantins/TO em sessão pública que será realizada no dia, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, sendo conduzida pelo Agente de Contratação.

l) A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, conforme o art. 17, §1º da Lei Federal 14.133/2021, de modo que a habilitação dos licitantes antecederá a fase de apresentação de propostas e lances. Assim, os documentos de habilitação deverão ser apresentados por todos os licitantes, sendo necessário o registro da documentação de habilitação **até trinta minutos antes** do horário estabelecido para a abertura da Sessão Pública.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a obtenção de proposta mais vantajosa a Administração Municipal, visando a Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obra de urbanização da entrada da cidade de São Bento do Tocantins/TO, compreendendo a execução de serviços preliminares, pavimentação, implantação de calçadas e meios-fios, serviços de paisagismo, instalação de equipamentos urbanos (bancos e lixeiras), implantação de sistema de iluminação pública com rede elétrica, postes, luminárias e demais serviços complementares, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo licitatório.

1.1.1. A licitação será realizada em único item.

1.1.2 O valor máximo admitido para a contratação é de **R\$ 545.134,16 (quinhentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos)** e o valor máximo unitário estimado por item é aquele disposto na Planilha Orçamentária Oficial - Anexo I, parte integrante deste edital.

1.1.2.1 Os cálculos dos valores dos quantitativos constantes na planilha de custos referentes aos serviços a serem executados tiveram como base as tabelas do SINAPI-TO 03/2025, forme planilha de custos elaborada pelo Engenheiro Civil GUSTAVO SILVA VELOSO – CAU: 273.379-0.

1.1.3 Os quantitativos e respectivos valores unitários estão referidos na planilha orçamentária detalhada que consta do Anexo I deste Edital.

1.1.4 Em caso de discordância existente entre as quantidades e especificações do objeto descritas no PORTAL <https://licitanet.com.br/> com as quantidades e especificações constantes deste Edital e seus anexos, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às últimas.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



2.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte Dotação orçamentária no Exercício:

FICHA	AÇÃO	DOTAÇÃO	FONTE	ELEMENTO/ SUBELEMENTO
460	Construção e Manutenção de Praças, Parques e Jardins	15.451.1007.1014	1.710.0000.000000 1.500.0000.000000	449030 449039

3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 A Concorrência será realizada em sessão pública, por meio eletrônico, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

3.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor denominado Agente de Contratação, especialmente designado, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos da licitanet.com.br.

3.3 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

4. DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

4.1 Para participar da concorrência, a licitante deverá se credenciar no sistema eletrônico provido pelo: <https://licitanet.com.br/>.

4.1.3 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.4 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Portal: <https://licitanet.com.br/> também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.5 O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a concorrência eletrônica.

4.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de São Bento do Tocantins/TO, promotor da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

4.4 Para participação na Concorrência, a licitante deverá assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, todas as declarações disponíveis.

4.4.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.4.2 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.



4.4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2008 e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2008, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do **art. 4º da Lei nº 14.133/2021.**

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1 Poderá participar da presente concorrência eletrônica, as empresas legalmente estabelecidas no País, que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos e estiver devidamente credenciada perante o sistema eletrônico provido pelo PORTAL <https://licitanet.com.br/> munida de chave de identificação e de senha, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame, não sendo admitido consórcio.

5.1.1 A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site **<https://licitanet.com.br/>** observando a data e o horário limite estabelecido no preâmbulo deste Edital para cadastro da proposta.

5.1.2 As interessadas deverão atender à todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos até o horário e data limites registrados na plataforma, **até trinta minutos antes** da data limite para abertura da sessão).

5.2 A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3 É de responsabilidade da cadastrada conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no(s) Sistema(s) relacionado(s) no item anterior e mantê-lo(s) atualizado(s) junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação junto ao sistema.

5.5 **Não poderão participar** direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

5.5.1 Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

5.5.2 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.5.3 Que estejam em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

5.5.3.1 É permitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório.

5.5.4 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;



5.5.5 Que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.6 **A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.**

6 DO REGISTRO DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1 As licitantes registrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio, os documentos de habilitação, e registrar o valor da proposta, já que a fase de julgamento da habilitação antecederá as fases de apresentação da proposta e lances, **até trinta minutos antes** da data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Ao registrar sua proposta pelo sistema eletrônico a licitante deverá postar apenas o **VALOR GLOBAL**.

6.2 O registro da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.

6.3 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.4 **Somente as licitantes HABILITADAS entrarão na disputa de lance.**

6.5 É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

6.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

6.7 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

6.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9 Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão excluir ou alterar a proposta anteriormente cadastrada no sistema.

6.10 As propostas e eventuais anexos ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

7 DA FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 A carta de apresentação da proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico da licitante devidamente identificada, contendo identificação da licitante, endereço, telefone e e-mail e dados bancários (banco, agência e conta bancária).

7.2 Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal e do responsável técnico da licitante devidamente identificada.

7.3 A proposta deverá ser apresentada conforme **Modelo Sugerido - Anexo 6**, deste Edital.



7.4 O valor global e unitários da proposta não poderão ultrapassar os valores do orçamento oficial que estão referidos na planilha orçamentária detalhada que consta do Anexo I deste Edital, que é de R\$ 545.134,16 (quinhentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos) a preços da data base do orçamento oficial estimado pela Administração.

7.4.1 Os preços propostos incluem todos os Custos Diretos (CD) e Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) que se refiram ao objeto licitado, tais como: materiais e mão-de-obra (especializada ou não); serviços de terceiros aplicados aos serviços ou em atividade de apoio (p.e. vigilância e transporte); margem de lucro da licitante, locações de máquinas, equipamentos ou de imóveis e instalações auxiliares aos serviços; tarifas de água, energia elétrica e telecomunicações; seguros, legal ou contratualmente exigidos; encargos sociais e trabalhistas; tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre a atividade econômica ou aos serviços em si; multas aplicadas pela inobservância de normas e regulamentos; alojamentos e alimentação; vestuário e ferramentas; equipamentos de proteção individual e de segurança; depreciações e amortizações; despesas administrativas e de escritório; acompanhamento topográfico dos serviços; testes laboratoriais ou outros exigíveis por norma técnica, entre outros.

7.5 **Deverá constar na proposta:**

7.5.1 Planilha Orçamentária contendo:

a) O **orçamento detalhado**, com preços unitários e totais de material e mão de obra (especializada ou não), onde constem os preços parciais e preço total, BDI, e o preço global dos serviços expresso em moeda corrente nacional (real), com duas casas decimais, assinado, por **responsável técnico legalmente habilitado e por representante legal da empresa**, considerando o Modelo de Planilha Orçamentária – **Anexo 1**, deste Edital.

b) **Composição de custos:** devendo constar a composição de **todos** os custos unitários indicados no orçamento detalhado, calculados levando-se em conta **todos** os materiais, mão de obra e encargos necessários à sua execução.

7.5.2 **Cronograma físico-financeiro**, baseado no prazo máximo estipulado pela Administração e seus desembolsos mensais;

7.5.3 **GARANTIA DE PROPOSTA**, na forma estabelecida no Item 14.1 do Edital.

7.5.4 **Validade da proposta:** é fixado em **120** (cento e vinte) **dias corridos**, contados da data fixada para o recebimento da proposta. O valor total de cada item indicado no orçamento detalhado deverá ser o produto da multiplicação do preço unitário pela respectiva quantidade.

7.5.5 É obrigatória a indicação do preço unitário (custo unitário + BDI).

7.5.6 Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

7.5.7 Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 120 (cento e vinte) dias corridos, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

7.5.8 Deverão ser observados também o disposto no item 38 do Anexo III Projeto Básico.

8 DA INVERSÃO DE FASES, ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1 A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, permitida no art. 17, §1º da lei Federal 14.133/21, devendo a habilitação dos licitantes preceder a fase de apresentação de propostas e lances.



- 8.2 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes
- 8.4 O Agente de Contratação, dará início a sessão pública da Concorrência, com a análise dos documentos de Habilitação recebidos pelo Portal <https://licitanet.com.br/>
- 8.5 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS; e
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União.
- 8.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.7 Caso conste na Consulta de Situação da Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.8 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.9 A licitante será convocada para manifestação previamente a sua desclassificação
- 8.10 Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.
- 8.11 Somente as licitantes HABILITADAS entrarão na disputa de lances.
- 8.11.1 Iniciada a fase competitiva, o Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis.
- 8.11.1.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.11.2 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.11.3 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Agente de Contratação, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.
- 8.12 Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, que ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico. A cada lance ofertado a participante será imediatamente informada de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.12.1 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.13 Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não divulgará o autor dos lances aos demais participantes.
- 8.14 Será permitido as Licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa.
- 8.15 Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, a



não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Agente de Contratação, sujeitando-se a Licitante desistente às sanções previstas neste Edital.

8.16 Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.16.1 **O envio dos lances deverá corresponder ao valor global da contratação**, expressos em reais com no máximo duas casas decimais.

8.17 Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de **R\$ 100,00** (cem reais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.18 Será adotado para o envio de lances na presente Concorrência Eletrônica o **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, onde as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

8.18.1 Neste modo de disputa, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.18.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.18.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste edital, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.19 No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa de lances, não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Agente de Contratação, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

praticados, somente após comunicação expressa do agente de contratação aos participantes.

8.20 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da licitação será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do agente aos participantes do certame, publicada no Portal LICITANET, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20.1 No caso de desconexão da licitante, a mesma deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

8.21 O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.22 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.23 No caso em que a sessão pública se encerrar sem prorrogação automática pelo sistema, o Agente de Contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.24 Após o encerramento da etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital;



8.24.1 Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

8.16. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.17. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se a proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.

9 DA ACEITABILIDADE E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.2 Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste Edital, será desclassificada aquela que se enquadrar nas hipóteses previstas nos incisos do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.1 Erros no preenchimento dos documentos exigidos para apresentação da proposta não constituem motivo para sua desclassificação, podendo ser ajustados pela licitante, no prazo indicado pelo agente de contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.

9.2.2 Em caso de divergência entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

9.3 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

9.4 O Agente de Contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

9.4.1 Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste edital;

9.4.2 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no §4º do art. 59 da Lei Federal nº.14.133/2021;

9.4.3 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no art. 59 §5º da Lei 14.133/2021.

9.5 A Administração conferirá a Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes.

9.6 Na hipótese acima, a Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

9.7 A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

9.8 Qualquer interessada poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;



9.9 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.10 O Agente de Contratação poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.

9.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.12 Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.13 Após o julgamento das propostas, a licitante arrematadora será convocada para reelaborar e apresentar ao Agente de Contratação, por meio do sistema eletrônico - <https://licitanet.com.br/> - anexando, na opção “enviar anexo”, a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao seu último lance, no prazo de 02 (duas) horas, contados a partir da arrematação, juntamente com as planilhas indicando os quantitativos e custos unitários, o Cronograma Físico-Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), no que couber, podendo ser incluídos em quantos arquivos forem necessários, os seguintes documentos:

9.13.1 Carta de apresentação da PROPOSTA DE PREÇO, conforme Anexo VII – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO, a qual será acompanhada da planilha de preços referenciais correspondente a proposta da licitante.

9.14 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação declarará vencedor, observado o disposto neste Edital.

10 DA CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

10.1 As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.2 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública da concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

10.3 A desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Agente de Contratação, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

10.4 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da licitação será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do agente aos participantes do certame, publicada no Portal de <https://licitanet.com.br/>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da



comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, conforme o art. 17, §1º da Lei Federal 14.133/2021, de modo que a habilitação dos licitantes antecederá a fase de apresentação de propostas e lances. Assim, os documentos de habilitação deverão ser apresentados por todos os licitantes, sendo necessário o registro da documentação de habilitação até trinta minutos antes do horário estabelecido para a abertura da Sessão Pública em campo próprio do Sistema Eletrônico.

11.2 Deverão ser apresentadas Certidões Negativas ou Positivas com efeito de negativa;

11.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das licitantes será verificada por meio do portal <https://licitanet.com.br/>: em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

11.3.1 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

11.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital (PDF), via sistema, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, sob pena de inabilitação.

11.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.7.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.8 As licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.8.1 **Da Habilitação Jurídica** - A habilitação jurídica será exteriorizada pelos seguintes documentos:

11.8.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.8.1.2 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.8.1.3 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade



federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

11.8.1.4 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.8.1.5 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.8.1.6 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.8.1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNEA, do IBGE.

11.8.1.8 No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente.

11.8.2 Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

11.8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.8.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

11.8.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

11.8.2.4 Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas, ou positiva com efeitos de negativa);

11.8.2.5 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de

certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.8.2.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.8.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais



relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.8.3 Da Qualificação Econômico-Financeira

11.8.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

11.8.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.8.3.3 O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, atestando a boa situação financeira: LG= Liquidez Geral – superior a 1; SG= Solvência Geral – superior a 1; LC= Liquidez Corrente – superior a 1; Sendo $LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$; $SG = AT / (PC + PNC)$; $LC = AC / PC$; Onde: AC= Ativo Circulante; RLP=

Realizável a Longo Prazo; PC= Passivo Circulante; PNC= Passivo Não Circulante; AT= Ativo Total.

11.8.3.4 As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

11.8.3.5 O atendimento dos índices econômicos previstos no item anterior deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.8.3.6 A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital mínimo não inferior ao percentual de 10% (dez por cento), calculado sobre o preço estimado da contratação ou item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

11.8.3.7 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.8.3.8 O Licitante deverá apresentar, o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, inc. I)

11.8.4 Da Qualificação Técnica

11.8.5 A qualificação técnica deverá ser demonstrada, dentre outros documentos a serem definidos no Edital, pelos seguintes documentos:

a) Certidão de registro ou inscrição junto ao CREA/CAU da Licitante, com jurisdição sobre a sede da licitante.

b) Certidão de registro ou inscrição junto ao CREA/CAU do responsável técnico da Licitante.

c) Atestado de Visita expedido pela Secretaria Municipal de Administração, para as licitantes que realizarem a vistoria, através de servidor competente, comprovando que a licitante realizou a visita técnica e vistoriou, através de representante credenciado da empresa, o local onde se realizará os serviços do objeto a ser licitado (Anexo V).

d) Declaração Própria, para as licitantes que optarem por não realizar a visita técnica no



local de execução do objeto, declarando ciência da localização, condições, características e complexidades técnicas e locais que envolvem a execução do objeto e elaboração da proposta de preços a ser apresentada na sessão desta licitação, comprometendo-se, se vencedora, a executar o objeto para o qual foi vencedora conforme descreve este Edital seus Anexos e Sub Anexos (Anexo VI).

e) Comprovação da Capacitação Técnico-Operacional, mediante a **apresentação de um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica – CAT E Certidão de Acervo Operacional - CAO** fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente identificadas, **em nome da empresa licitante**, comprovando a execução de serviços de engenharia de características semelhantes ao objeto desta licitação, compatíveis em prazos e cujos quantitativos correspondam, no mínimo, a **50% (cinquenta por cento)** das parcelas de maior relevância especificadas na Planilha de Itens de Maior Relevância dos itens do Planilha Oçamentaria/Projeto Básico/Termo de Referência.

ITEM	Descrição	Und	Quant Orçamento	Quant Exigida (50%)
1	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO COM EXTRUSORA, 13 CM BASE X 22 CM ALTURA. AF_01/2024	M	337,13	168,57
2	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2021	M2	2.185,46	1.092,73
3	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M2	87,42	43,71
4	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M . AF_07/2024	UND	25,00	12,00
5	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_07/2024	M2	6.152,72	3.076,36
6	BANCO EM MADEIRA PLASTICA COM 1,50M C/ ENCOSTO	UND	6,00	3,00
7	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	2.210,24	1.105,12
8	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1.105,12	552,56
9	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 240 W ATÉ 350 W - FORNECIMENTO E	UND	42,00	21,00



	INSTALAÇÃO. AF_02/2025_PS			
10	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO CURVO DUPLO, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1 M DE SOLO, H=9M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	UND	21,00	10,00
11	POSTE DECORATIVO PARA JARDIM EM AÇO TUBULAR, H = *2,5* M, SEM LUMINÁRIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2025	UND	25,00	12,00

f) Certificado de Registro e regularidade da empresa (Certidão Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro do seu prazo de validade de acordo com normativas do CREA/CAU, comprovando de que a proponente mantenha na data da licitação o objeto aprovado pelo CREA/CAU de acordo com objeto licitado e conter no mínimo um engenheiro civil ou arquiteto como responsável técnico pela empresa.

g) Caso a empresa vencedora não seja sediada no Estado do Tocantins, poderá providenciar o Registro junto ao CREA/CAU do Tocantins até a assinatura do Contrato.

h) Certidão de Pessoa Física de pelo menos 1 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto, emitido pelo CREA/CAU, atualizada (dentro do prazo de validade), comprovando a regularidade e o registro do profissional no Conselho.

i) Entende-se por profissional a pessoa física de nível superior (na área de engenharia civil ou arquitetura), que será o responsável técnico do serviço (objeto desta licitação), devendo ser o mesmo que comprove a capacidade técnica operacional da empresa.

j) Quanto à capacitação técnico-operacional e técnico profissional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Apresentar também ART ou RTT de orçamento do responsável pela elaboração da composição da planilha orçamentária, devendo conter os dados do local da obra conforme demonstrado no projeto básico.

k) Atestado de capacidade técnica que comprove que o Engenheiro ou Arquiteto responsável técnico pela obra, tenha(m) executado serviços similares, conforme o objeto deste edital e seus anexos. Este atestado deverá estar vinculado à certidão de acervo técnico (CAT/CAO) do CREA ou CAU e acompanhado das parcelas considerados de maior relevância Relevância dos itens (1.2) e (1.3) da planilha orçamentaria.

l) A empresa deverá indicar o profissional que será o responsável técnico pela contratação e pela obra, conforme declaração do **ANEXO V** deste Edital.

m) Comprovação do vínculo do(s) responsável (eis) técnico(s) com a licitante, através da apresentação da carteira de trabalho, contrato social ou contrato de trabalho, firmada entre ambos.

n) No caso de profissional empregado ou contratado, a relação de emprego ou a contratação não podem ser feitas por prazo determinado, o que descaracteriza a vinculação ao quadro permanente da licitante. (contrato entre funcionário e empresa).

o) Atestado de visita ao local da obra, fornecido pelos Engenheiros da Prefeitura Municipal de



São Bento do Tocantins/TO, **ou** declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das informações necessárias à execução do objeto licitado, bem como dos locais para cumprimento das obrigações, conforme modelo constante no **Anexo IV**.

p) A visita, quando de interesse da licitante, deverá ser realizada por responsáveis técnicos da Empresa, Engenheiro Civil ou Arquiteto, devidamente habilitado junto ao CREA/CAU, para que a mesma tome conhecimento de todas as informações necessárias para o preparo de sua proposta e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. A visita deverá ser **agendada com 24 horas de antecipação, sendo que as visitas encerram ao último dia útil anterior a data da abertura da licitação**. As visitas deverão ser agendadas no setor de engenharia da Prefeitura Municipal de São Bento do Tocantins/TO.

No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados e/ou CATs de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, serão inabilitadas, não cabendo qualquer alegação ou recurso.

q) Declaração de Responsabilidade acompanhada do Termo de Autorização/Anuência, de que manterá o(s) profissional(ais) indicado(s) como responsável(eis) técnico(s), na direção e execução dos trabalhos no local da obra/serviços até a sua inteira conclusão, nos termos do inciso III, artigo 67, da Lei nº 14.133/21.

h) O(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) pela proponente deverão assinar ou emitir, sob pena de inabilitação técnica, o **Termo de Autorização/Anuência** que acompanha a **Declaração de Responsabilidade**, ressalvada a hipótese de o(s) Responsável(eis) Técnico(s) referir-se à pessoa do seu representante legal. A comprovação do vínculo do(s) profissional(ais) qualificado(s) com a licitante poderá ser feita por meio de:

Na condição de empregado, por meio de cópia autenticada ou original da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS do profissional, Livro de Registro de Empregado, Contrato de Prestação de Serviço ou outro documento comprobatório de vínculo empregatício, previsto na legislação querege a matéria.

No caso de profissional autônomo, por meio de cópia autenticada do Contrato ou Pré-Contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

11.8.6 No caso de sócio, por meio do Ato Constitutivo e alterações (Estatuto/Contrato Social etc.), bem ainda, com a Certidão de Registro do licitante no CREA/CAU onde deverá constar o nome do profissional indicado.

11.8.7 A licitante vencedora não poderá substituir o responsável Técnico, salvo casos de força maior e mediante prévia concordância desta Administração, satisfeitas todas as exigências deste Projeto Básico/Termo de Referência nos termos do artigo 67, da lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021

OBS: TODOS os documentos que referem a habilitação deverão fazer parte integralmente e em arquivo único de PDF deverão ser anexados em local específico no Portal <https://licitanet.com.br/>.

11.8.8 DA VISITA TÉCNICA DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO As empresas interessadas em participar do certame **PODERÃO** vistoriar o local onde serão executados os serviços, com fins de conhecimento prévio da localização e características da área, inteirando-se das condições técnicas e da complexidade que envolve a execução do objeto, obtendo assim, o Atestado de Vistoria que será expedido por servidor competente da Secretaria Municipal de Infraestrutura, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de seu desconhecimento quanto às condições locais da instalação.



11.9.2 A **visita técnica** poderá ser realizada conforme disposição contida neste Edital, por representante da empresa licitante o qual deverá apresentar credenciamento/autorização para realização da visita e documento de identidade com foto para identificação, sendo acompanhado pelo servidor competente, que certificará a realização da referida visita com a expedição do **Atestado de Visita do Local**.

11.9.3 Para realização da visita técnica a interessada deverá agendar antecipadamente dia e horário junto ao Departamento de Fiscalização de Obras da Secretaria Municipal de Administração ou pelo **e-mail** saobentolicitacao@gmail.com, e site. www.saobentodotocantins.to.gov.br/ o qual expedirá o Atestado de Vistoria em nome da empresa, podendo, caso seja necessário, designar outro servidor para acompanhar o representante da empresa até o local de vistoria.

11.9.4 A licitante que optar por não realizar a vistoria do local da obra/serviços, deverá declarar mediante emissão de **Declaração Própria**, ciência da localização, condições, características e complexidades técnicas e locais que envolvem a execução do objeto e elaboração da proposta de preços a ser apresentada na sessão desta licitação, comprometendo-se, se vencedora, a executar o objeto conforme descreve o Projeto Básico/Termo de Referência, o Instrumento Convocatório, seus Anexos e Sub anexos.

11.9.5 A visita prévia ao(s) local(is) onde será(ao) realizada(s) o(s) serviço(s) é **DE CARÁTER FACULTATIVO**, podendo ser realizada até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data para a abertura do certame. Havendo interesse da licitante, esta deverá agendar previamente a visita conforme item 11.9.3.

11.9.5.1 Da visita técnica será expedido e devidamente assinado por servidor do Município e por um dos representante da empresa licitante, o necessário **ATESTADO DE VISITA (Anexo V do Edital)** que deverá ser juntado à Documentação de Habilitação.

Importante:

11.9.5.2 No caso da licitante **NÃO AGENDAR** visita prévia, **DEVERÁ APRESENTAR**, em substituição ao atestado de visita, **DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA (Modelo Anexo VI do Edital)** que deverá ser juntado à Documentação de Habilitação, devidamente assinada por um dos seus responsáveis técnicos e/ou por um dos seus representantes legais, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assumem total responsabilidade por esse fato e que não utilizarão deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e financeiras com o Município de São Bento do Tocantins /TO.

11.9.5.3 A **AUSÊNCIA do Atestado de Visita (Anexo V do Edital) OU da Declaração de Desistência de Visita Técnica (Modelo Anexo VI do Edital)** na documentação de habilitação da licitante incorrerá na **SUA INABILITAÇÃO no certame**.

11.9 **DECLARAÇÃO FORMAL** emitida pela licitante, que por ocasião da futura contratação, os equipamentos e pessoal técnico considerados essenciais para a execução da obra/serviço de que trata o objeto desta licitação, estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso por ocasião de sua utilização.

11.9.1 Estes equipamentos estarão sujeitos à vistoria “in loco”, pela Secretaria de Infraestrutura, por ocasião de sua utilização e sempre que necessário.

11.9.2 **Para fins de Habilitação a licitante deverá apresentar** juntamente com os documentos acima elencados na Documentação de Habilitação, sob pena de inabilitação das



mesmas, as seguintes **DECLARAÇÕES: DECLARAÇÃO CONJUNTA** CONFORME MODELO - **ANEXO VIII.**

11.10 DO LOCAL PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.10.1 Fica estabelecido que os serviços objeto desta licitação deverão ser executados nos locais indicados no Projeto Básico.

11.10.2 DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

11.10.2.1 O prazo para a execução e entrega dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de recebimento da **Ordem de Serviço Específica**, deduzidos os dias determinados em ordem de paralisação, se ocorrer.

11.10.2.2 Os serviços serão executados em etapas através de medições discriminada na

Ordem de serviço para execução.

11.10.2.3 A ordem de serviços para execução do serviço será emitida como: **Ordem de Serviço para Execução – POR MEDIÇÃO**, após a assinatura do contrato para início dos serviços.

11.10.2.4 Fica vedada a inclusão em medições de mão de obras, serviços e materiais em desacordo com a planilha orçamentária e cronograma físico financeiro de cada uma das etapas.

11.10.2.5 O prazo de que trata o item 11.11.2.1 poderá ser prorrogado, conforme o Artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, mediante termo específico e formalizado de justificativa apresentada pela empresa contratada, mediante aprovação justificada e comprovada tecnicamente pela Administração por meio de Termo Aditivo ou outro ato equivalente, caso seja de interesse da Contratante.

12- DAS IMPUGNAÇÕES, DOS RECURSOS E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2 O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contado da data de recebimento do pedido, e ficarão disponíveis para todos os interessados no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>

12.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados exclusivamente através link: <https://licitanet.com.br/>

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.6 Do Recurso:

12.6.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



12.6.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.6.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

12.6.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão

12.6.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer **será de até 10 (dez minutos).**

12.6.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na intimação da ata de julgamento;

12.6.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;

12.6.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior.

12.6.6 Os recursos interpostos fora do prazo ou do campo próprio do sistema não serão conhecidos.

12.6.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediatos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.6.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão

recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.6.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da Concorrência Eletrônica será adjudicado a licitante declarada vencedora, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, que homologará o processo licitatório, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DAS GARANTIAS

14.1 GARANTIA DE PROPOSTA

- A prestação da garantia de proposta, que trata o art. 58 da Lei nº 14.133/2021, deverá de dar da seguinte forma:

- A Licitante deverá fornecer, como parte integrante da "**PROPOSTA DE PREÇOS**", comprovante de depósito de **Garantia de Proposta no valor de 1% (UM POR CENTO) DO VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO**; nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a fim de proteger a Entidade de Licitação contra atos ou omissões da Licitante arrolados abaixo:

a) Caso a Licitante retire sua proposta durante o período de validade definido no Edital e na Garantia de Proposta, e

b) Se a Licitante vencedora, deixar de assinar o Contrato ou não apresentar a Garantia de Execução Contratual.

c) O depósito indicado no subitem 14.2 deverá obedecer ao seguinte:

d) Caução em dinheiro (moeda corrente e cheque) e títulos da dívida pública deverão ser depositados na tesouraria da Secretaria da Fazenda do Município de São Bento do Tocantins-TO; devendo o comprovante e/ou declaração estar contido como parte



integrante da **"PROPOSTA DE PREÇOS"**.

- e) Fiança bancária ou seguro-garantia deverão estar contidos como parte integrante da

"PROPOSTA DE PREÇOS".

- a) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo ~~valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).~~

A Garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da abertura do certame;

- A Garantia será devolvida as licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- A Garantia de Proposta da Licitante vencedora será liberada quando assinado o Contrato, mediante apresentação da Garantia de Execução Contratual.

14.2 **GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, a Administração exige a prestação de garantia contratual, mediante apresentação do comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, contados da data assinatura do contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo a licitante optar por uma das seguintes modalidades, nos termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).

• Em se tratando de garantia prestada através de caução em dinheiro o depósito deverá ser feito obrigatoriamente em conta corrente do Município a ser informada pela Secretaria da Fazenda, sendo devolvida atualizada monetariamente, nos termos do artigo 100, da Lei Federal nº 14.133/21.

• Se a opção de garantia for em seguro-garantia ou fiança bancária deverá conter expressamente cláusulas de atualização financeira, de imprescritibilidade, de irrevogabilidade e de inalienabilidade.

• A garantia prestada será liberada ou restituída à empresa contratada, mediante requerimento formal dirigido à Secretaria da Fazenda do Município, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do termo de "Recebimento Definitivo" dos serviços, **acompanhado da Certidão Negativa de Débito – CND com o INSS, Certificado de Regularidade de Situação – CRS perante o FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, dentro dos seus prazos de validade.**

14.3 Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, a garantia não será devolvida, e não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo com o órgão responsável da Secretaria de Administração Município de São Bento do Tocantins/TO.

14.4 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.



14.5 Havendo prorrogação do prazo de conclusão dos serviços, o prazo de validade da garantia deverá ser prorrogado automaticamente.

15 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

15.1 A Administração reserva-se o direito, em decisão fundamentada, de revogar o presente Edital por razões de interesse público, no todo ou em parte, ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício, ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e abertura das propostas, descabendo, em tais casos, qualquer reclamação ou direito a indenização pelas licitantes.

- As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.2 Os pedidos de vistas acerca da presente licitação para os participantes do processo deverão ser realizados no sistema eletrônico provido pelo PORTAL: <https://licitanet.com.br/>

16.3 É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64, da Lei nº 14.133/21.

- Havendo a necessidade de envio de documentos complementares necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, via sistema, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, conforme estabelecido pelo Agente de Contratação no momento da convocação.
- As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.4 A Licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência do Contratante, dentro do limite permitido pelo art 125 da Lei nº 14.133/21.

16.5 A Administração poderá revogar a presente Concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.6 O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela Administração antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 55, § 1º, da Lei 14.133/21, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

16.7 Ficam vinculados a este Edital e seus anexos as propostas de preços e demais



documentos constantes dos presentes autos, dele não podendo se afastar durante a sua vigência;

16.8 Serão aplicadas, em caso de vício ou defeito, além da Lei de Licitações, as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor – Lei Federal nº 8.078/90, inclusive no que concerne a garantia, prazo para atendimento da assistência técnica e demais normas disciplinadoras da matéria.

16.9 Nenhuma indenização será devida as licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

16.10 A participação na presente licitação implicará na aceitação integral e irretratável dos termos deste Edital, seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos.

16.11 Na contagem dos prazos estabelecidos nesse Edital, será excluído o dia do início e incluído o do vencimento, sendo considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente.

16.12 É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

16.13 As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

16.14 As questões relativas ao presente Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Araguatins – Tocantins, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.15 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

16.16 Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos Lei nº 14.133/21 e alterações subsequentes.

16.17 A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos.

17 INTEGRAM ESTE EDITAL, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, OS SEGUINTE ANEXOS:

Anexo I – Planilha(s) orçamentária(s)/Orçamento Base da Administração
Anexo II - PROJETO BÁSICO/ TERMO DE REFERÊNCIA
Anexo V – Atestado de Visita Técnica (modelo);
Anexo VI – Declaração de Desistência de Visita Técnica (modelo sugerido);Anexo
Anexo VII – Carta de Proposta de Preço (modelo sugerido)
Anexo VIII – Declaração Conjunta
Anexo IX – Minuta contratual;

São Bento do Tocantins /TO, XXX de XXXXXXXXXXXX de 2026.

DAGNA MARTINS DA CRUZ SOUSA
Agente de Contratação/Pregoeira Oficial



ANEXO I

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
MEMORIAL DE CALCULOS
ANEXO II**

PROJETO BÁSICO/ TERMO DE REFERÊNCIA

MEMORIAL DESCRITIVO



ANEXO IV ATESTADO DE VISITA

OBRA/SERVIÇOS: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE URBANIZAÇÃO DA ENTRADA DA CIDADE DE SÃO BENTO DO TOCANTINS/TO, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES, PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS E MEIOS-FIOS, SERVIÇOS DE PAISAGISMO, INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS (BANCOS E LIXEIRAS), IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM REDE ELÉTRICA, POSTES, LUMINÁRIAS E DEMAIS SERVIÇOS COMPLEMENTARES, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS INTEGRANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO.

Ref.: CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 004/2026

(NOME DA LICITANTE), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ-MF, sob nº (NN.NNN.NNN/NNNN-DV), com sede na (Endereço completo – CEP – Cidade – UF), neste ato representada pelo Sr(a) (NOME DO SÓCIO/REPRESENTANTE), (qualificação), residente e domiciliado (Endereço completo – CEP – Cidade – UF), inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda – CPF, sob nº (NNN.NNN.NNN-DV), e por intermédio de seu responsável legal o Sr. (NOME DO RESPONSÁVEL), (qualificação), residente e domiciliado (Endereço completo – CEP – Cidade – UF), inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda – CPF, sob nº (NNN.NNN.NNN-DV), no RG nº,

DECLARA para todos os fins, especialmente para cumprimento da habilitação na **CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 004/2026**, que vistoriou o local onde será executada a obra, objeto da referida licitação.

Declaro que em __/__/202__ a empresa supracitada, vistoriou minuciosamente, os locais onde serão executados os serviços da **CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 004/2026**, tomando conhecimento de todas as informações e condições para a execução dos serviços licitados, tomou pleno conhecimento das condições ambientais, técnicas, do grau de dificuldades dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução da mesma.

Cidade-UF, ____ de _____ 202__.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome, Função na Empresa Assinatura do
Representante Legal da Empresa
Representante do município



ANEXO V DESISTENCIA DE VISITA

OBRA/SERVIÇOS: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE URBANIZAÇÃO DA ENTRADA DA CIDADE DE SÃO BENTO DO TOCANTINS/TO, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES, PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS E MEIOS-FIOS, SERVIÇOS DE PAISAGISMO, INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS (BANCOS E LIXEIRAS), IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM REDE ELÉTRICA, POSTES, LUMINÁRIAS E DEMAIS SERVIÇOS COMPLEMENTARES, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS INTEGRANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO.

Ref.: CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 004/2026

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA

(NOME DA LICITANTE), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ-MF, sob nº (NN.NNN.NNN/NNNN-DV), com sede na (Endereço completo – CEP – Cidade – UF), neste ato representada pelo Sr(a) (NOME DO SÓCIO/REPRESENTANTE), (qualificação), residente e domiciliado (Endereço completo – CEP – Cidade – UF), inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda – CPF, sob nº (NNN.NNN.NNN-DV), e por intermédio de seu responsável legal o Sr. (NOME DO RESPONSÁVEL), (qualificação), residente e domiciliado (Endereço completo – CEP – Cidade – UF), inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda – CPF, sob nº (NNN.NNN.NNN-DV), no RG nº,

DECLARA abrir mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência.

Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO TOCANTINS /TO, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

Cidade-UF, ____ de _____ 2025.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome, Função na Empresa Assinatura do Representante Legal da Empresa



ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA

Ao

MUNICÍPIO DE 004/2026

Av. XXXXXX, XX, centro XXXXXXX- TO.

Referência: CONCORRENCIA ELETRONICA nº. 004/2026 DADOS DA EMPRESA:

Razão Social:		
Endereço:		
CEP:	CIDADE:	
Nº. do CNPJ:		
Nº. da Inscrição Estadual:		Nº. da Inscrição Municipal:
Telefone:	E-mail:	
Dados Bancários: Banco:	Agencia:	Conta corrente:
Nome para Contato:		Fone/ E-mail:
DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO		
NOME COMPLETO:		
CARGO:		
NACIONALIDADE:	ESTADO CIVIL:	PROFISSÃO:
CPF:	CARTEIRA DE IDENT (e órgão expedidor:	
ENDEREÇO RESIDENCIAL (completo: rua,nº, bairro, cidade, cep):		
TELEFONE:	E-MAIL:	

Pela presente submetemos à apreciação desta municipalidade a nossa proposta para serviços necessários à realização CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE URBANIZAÇÃO DA ENTRADA DA CIDADE DE SÃO BENTO DO TOCANTINS/TO, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES, PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS E MEIOS-FIOS, SERVIÇOS DE PAISAGISMO, INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS (BANCOS E LIXEIRAS), IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM REDE ELÉTRICA, POSTES, LUMINÁRIAS E DEMAIS SERVIÇOS COMPLEMENTARES, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS INTEGRANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO.

Ref.: CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 004/2026

- a) O objeto do Edital de **CONCORRENCIA ELETRONICA nº 004/2026**, pelo valor global de **R\$ _____** (**_____**), conforme **garantia de proposta**, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO, PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E PLANILHA DE BDI, em anexo.
- b) Na plena aceitação de todas as condições estabelecidas nesta CONCORRENCIA ELETRONICA;
- c) Que o preço apresentado deverá abranger todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação (impostos, fretes, seguros, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transporte, prêmios de seguros), bem como os descontos porventura concedidos



d) Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos às condições contidas no Edital acima epigrafado, bem como que verificamos todas as especificações nela exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dela fazem parte.

d1) declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do seu objeto.

a) Informamos que o nosso BDI é de __% (por cento), já computado, nos termos da planilha e do cronograma físico-financeiro anexos e que constituem parte indissociável desta proposta de preços.

b) Esta proposta é válida por **60** (sessenta) dias, a contar da data estabelecida para a sua apresentação.

c) Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade-UF, ____de _____2025.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome, Função na Empresa
e Assinatura do Representante Legal

“MODELO SUGERIDO”

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)



ANEXO VIII

AO MUNICIPIO DE SÃO BENTO DO TOCANTINS /TO

Referência: **CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 004/2026**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE URBANIZAÇÃO DA ENTRADA DA CIDADE DE SÃO BENTO DO TOCANTINS/TO, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES, PAVIMENTAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS E MEIOS-FIOS, SERVIÇOS DE PAISAGISMO, INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS (BANCOS E LIXEIRAS), IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM REDE ELÉTRICA, POSTES, LUMINÁRIAS E DEMAIS SERVIÇOS COMPLEMENTARES, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS INTEGRANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO.

A empresa _____ (Razão social), nome fantasia

DECLARAÇÃO CONJUNTA

_____ inscrita no CNPJ nº_____, na Inscrição Estadual nº_____, com sede na_____, (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP,) Cidade-UF, Telefone(xx)xx), e-mail: 393/2025x, através de seu **(proprietário/sócio/representante legal/procurador)** conforme o caso, o(a) Sr.(a)_____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) do Documento de Identidade nº_____e do CPF nº_____, residente e domiciliado à (endereço completo, rua, nº, Quadra, Lote, Setor, CEP, Cidade, Telefone: (xx)xxx, e-mail: _____, declara, sob as penas da lei:

I- DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

DECLARA que tomou conhecimento da presente Licitação e seus respectivos Anexos tomando conhecimento de todas as informações e condições para o fornecimento do objeto, sendo habilitada para o fornecimento do objeto pretendido.

DECLARA, ainda sob as penalidades da lei, que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

II - COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO DO INC. XXXIII DO ART. 7º DA CF

DECLARA, em atendimento ao previsto no Edital do processo, objeto da **CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 004/2026**, promovido pela Prefeitura Municipal de São Bento do Tocantins, Estado do Tocantins, que **não possui em seu quadro de pessoal, empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).**



III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DECLARA, para todos os fins, especialmente para cumprimento da habilitação na **CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 004/2026**, sob as penalidades da lei, que **os diretores, responsáveis legais ou técnicos, membro de conselho técnico, fiscal, consultivo, deliberativo ou administrativo, sócios, administradores e gerentes da empresa** acima identificada, da qual somos representantes, **não mantém qualquer CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA** do Município de São Bento do Tocantins /TO, nos termos do Art. 9º, inciso III, §1º da Lei nº 14.133/21.

DECLARA, ainda, que os seus sócios gerentes e/ou sócios administradores **não mantém qualquer CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA FEDERAL OU ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA DO ESTADO DO TOCANTINS OU OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO**, nos termos do Art. 117, inciso X, da Lei Federal nº 8.112/90.

IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA OU INIDONEIDADE PARA LICITAR

DECLARA que não existirem fatos supervenientes ao cadastramento/habilitação no SICAF impeditivos do direito de licitar; bem como não ter recebido Suspensão Temporária ou Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com nenhum dos Órgãos da Administração do município de São Bento do Tocantins / TO; **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e ou **IMPEDIMENTO** de contratar com a Administração, assim como não ter recebido **DECLARAÇÃO** de **INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

Assumindo a responsabilidade de declarar qualquer ocorrência posterior a esta declaração, pelo prazo de vigência do contrato a ser firmado, bem como a obrigação de manter as respectivas condições de cadastramento/habilitação durante o mesmo período de vigência.

V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM A MUNICIPALIDADE

DECLARA, para os devidos fins que, que em seu quadro societário não existe nenhum integrante que tenha parentesco com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Diretores, Coordenadores e/ou servidores em cargos de chefia, direção ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau, ou por adoção do município de São Bento do Tocantins /TO.

VI - DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

DECLARA, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e no art. 63 da lei 14.133 de 01 de abril de 2021.



VII - DECLARAÇÃO DE ENQUADRADO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE (SE FOR O CASO)

DECLARA, para os devidos fins, Enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

*Se o licitante for enquadrado como ME/EPP, favor juntar Certidão da Junta Comercial, informando a situação.

VIII - DECLARAÇÃO ORGANIZADA EM COOPERATIVA (SE FOR O CASO)

DECLARA, para os devidos fins, organizada em cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Cidade-UF, ____de _____202__.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome, Função na Empresa
e Assinatura do Representante Legal

*em papel timbrado do licitante.



ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026

**TERMO DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO TOCANTINS – TO E A EMPRESA
_____, DECORRENTE DA CONCORRÊNCIA
ELETRÔNICA Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026, NA
FORMA ABAIXO:**

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO TOCANTINS – TO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 25.063.983/0001-36, com sede na Praça Osvaldo Franco, nº 62, Bairro Centro, CEP 77.958-000, São Bento do Tocantins/TO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Paulo Wanderson de Sousa Damasceno, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 6611022 SSP/TO e do CPF nº 018.803.631-86, residente e domiciliado na Rua do Antigo Aeroporto, nº 641, Centro, São Bento do Tocantins/TO, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, na cidade de _____/_____, neste ato representada por _____, portador(a) do CPF nº _____ e do RG nº _____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 049/2026 e o resultado da Concorrência Eletrônica nº 004/2026, resolvem celebrar o presente Contrato, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, subsidiariamente, pelas demais normas de direito público e privado aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS DOCUMENTOS VINCULADOS

1.1. Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de urbanização da entrada da cidade de São Bento do Tocantins/TO – Etapa 3 (Trecho 03), compreendendo a execução de serviços preliminares, pavimentação, implantação de calçadas e meios-fios, serviços de paisagismo, instalação de equipamentos urbanos (bancos e lixeiras) e implantação de sistema de iluminação pública com rede elétrica, postes e luminárias, conforme especificações constantes do Edital de Concorrência Eletrônica nº 004/2026 e de seus Anexos.

1.2. Integram e vinculam o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Concorrência Eletrônica nº 004/2026 e todos os seus Anexos, o Memorial Descritivo e Especificações Técnicas, os Projetos Executivos (Arquitetônico, Paisagístico e Elétrico), a Planilha Orçamentária (Anexo I), o Cronograma Físico-Financeiro, o Quadro de Composição do Investimento – QCI, a proposta vencedora



da CONTRATADA e demais peças técnicas do processo licitatório.

1.3. Em caso de eventual divergência entre os documentos referidos no item 1.2, prevalecerá, sucessivamente: (i) o texto deste Contrato; (ii) o Edital e seus Anexos; (iii) os projetos executivos e memorial descritivo; e (iv) a proposta da CONTRATADA, sem prejuízo do dever da CONTRATANTE de sanear, previamente à assinatura, qualquer inconsistência identificada entre a Planilha Orçamentária (Anexo I) e os demais instrumentos de programação orçamentária e financeira do empreendimento (QCI e Cronograma Físico-Financeiro).

1.4. A execução do objeto está vinculada ao Termo de Compromisso nº 995540/2025, celebrado no âmbito do Programa de repasse com a Caixa Econômica Federal/TransfereGov, Nº de Operação 09032026-090518/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato será executado sob o regime de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXXI, da Lei nº 14.133/2021, sendo a remuneração da CONTRATADA fixada em função de preços unitários para as etapas ou unidades de serviço efetivamente executadas e medidas.

2.2. O contrato decorrente deste instrumento é considerado contrato por escopo, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista possuir por objeto a entrega de resultado certo e determinado – a obra concluída –, cuja vigência é definida em função do prazo estimado para a realização integral do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de execução da obra é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de emissão da Ordem de Serviço, a qual será emitida em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do presente contrato.

3.2. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prazo esse composto pelo período de execução da obra (item 3.1), acrescido de margem suficiente para a emissão da Ordem de Serviço, a realização do recebimento provisório e definitivo do objeto (Cláusula Nona) e eventuais prorrogações de prazo devidamente justificadas, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 105, 106 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo, desde que mantido o objeto contratado e assegurado o equilíbrio econômico-financeiro.

3.3. Será admitida a prorrogação dos prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega, mantidas as demais cláusulas contratuais e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra, devidamente



autuado em processo, algum dos seguintes motivos:

- a) alteração do projeto ou das especificações pela CONTRATANTE;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da CONTRATANTE;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pelo art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) omissão ou atraso de providências a cargo da CONTRATANTE, inclusive quanto aos pagamentos previstos, resultando diretamente em impedimento ou retardamento da execução do contrato;
- g) condições climáticas comprovadamente impeditivas da execução dos serviços, devidamente registradas no Diário de Obra.

3.4. Toda prorrogação será precedida da justificativa da autoridade competente, com a indicação dos motivos de fato e de direito, devidamente autuados no processo administrativo, sendo vedada a prorrogação nas hipóteses do § 4º do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____), correspondente ao valor global adjudicado à CONTRATADA na Concorrência Eletrônica nº 004/2026, o qual não poderá ultrapassar o valor máximo admitido para a contratação, fixado na Planilha Orçamentária Oficial – Anexo I do Edital, no montante de R\$ 554.134,16 (quinhentos e cinquenta e quatro mil, cento e trinta e quatro reais e dezesseis centavos).

4.2. Os pagamentos serão realizados mediante medições mensais dos serviços efetivamente executados, aprovadas pela fiscalização, observados o cronograma físico-financeiro e a planilha orçamentária, vedada a inclusão, em qualquer medição, de serviços ou materiais em desacordo com esses instrumentos.

4.3. O pagamento de cada medição será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do atesto da nota fiscal/fatura pela fiscalização, nos termos do art. 141, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A primeira medição somente será liberada para pagamento após a apresentação, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos:



- a) ART/RRT de execução da obra, com a devida quitação;
- b) matrícula da obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO, perante a Receita Federal do Brasil;
- c) relação dos empregados alocados à obra;
- d) indicação formal do preposto responsável perante a fiscalização;
- e) comprovante de prestação da garantia contratual (Cláusula Sexta).

4.5. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com cada nota fiscal, as certidões de regularidade fiscal federal, estadual e municipal, certidão de regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e certidão de regularidade previdenciária, todas dentro do prazo de validade.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, correção monetária ou compensação financeira.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

5.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimado (março/2026), nos termos do art. 25, §§ 7º e 8º, da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Ultrapassado o prazo referido no item 5.1 e persistindo a execução contratual, os preços poderão ser reajustados, mediante requerimento da CONTRATADA, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC-DI/FGV) ou, na sua ausência, por índice setorial equivalente adotado pela Caixa Econômica Federal para obras financiadas por meio do SINAPI, aplicado sobre os preços unitários não executados até a data-base.

5.3. O reajuste não será aplicado a serviços com execução em atraso por culpa exclusiva da CONTRATADA, hipótese em que os preços permanecerão calculados com base na data em que os serviços deveriam ter sido executados, conforme o cronograma físico-financeiro originalmente pactuado.

5.4. Fica igualmente assegurado às partes o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, nas hipóteses de álea econômica extraordinária e extracontratual devidamente comprovada.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura contratual, prorrogável por igual período a critério da



CONTRATANTE.

6.2. A garantia poderá ser prestada em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia; fiança bancária; ou título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, nos termos da Lei nº 14.770/2023.

6.3. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, o instrumento deverá conter, expressamente, cláusulas de atualização financeira, irrevogabilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade.

6.4. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de modo a manter a proporção estabelecida no item 6.1.

6.5. A garantia somente será liberada ou restituída após o recebimento definitivo do objeto, mediante requerimento formal da CONTRATADA, acompanhado de Certidão Negativa de Débitos relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, a garantia não será devolvida, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A CONTRATADA deverá empregar mão de obra qualificada e fornecer todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à integral execução da obra, ainda que não expressamente discriminados, mas necessários à sua boa execução.

7.2. Os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, e atender às normas técnicas da ABNT e às exigências do CREA/CAU e demais órgãos competentes.

7.3. Os serviços deverão obedecer rigorosamente aos projetos executivos, ao memorial descritivo, à planilha orçamentária e demais documentos técnicos integrantes do processo licitatório, sendo vedada qualquer alteração de especificações sem prévia e expressa autorização da fiscalização.

7.4. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução contratual, profissional(is) habilitado(s) e detentor(es) de Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) compatível(is) com o objeto, bem como afixar, no canteiro de obras, placa indicativa com as informações do empreendimento, nos moldes exigidos pelo órgão financiador.



CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão de servidores formalmente designado(a) pela CONTRATANTE, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, ao(s) qual(is) competirá anotar em registro próprio, inclusive Diário de Obra, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização poderá determinar a correção, o refazimento ou a substituição de serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, sem que isso implique qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

8.3. A CONTRATADA deverá manter Diário de Obra atualizado durante toda a execução contratual, com registro diário das atividades, intercorrências, condições climáticas relevantes e efetivo de mão de obra e equipamentos.

8.4. A atuação da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua integral responsabilidade pela correta execução do objeto e pela qualidade dos serviços e materiais empregados, inclusive perante terceiros.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. Concluída a obra, a CONTRATADA comunicará por escrito o fato à fiscalização, que procederá ao recebimento do objeto em duas etapas, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Recebimento Provisório: realizado pelo fiscal técnico responsável, mediante termo circunstanciado, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação escrita da CONTRATADA;
- b) Recebimento Definitivo: realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento provisório.

9.2. O recebimento definitivo somente ocorrerá após: (i) a correção de todas as pendências apontadas por ocasião do recebimento provisório; (ii) a apresentação das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas neste contrato; e (iii) a aprovação final da fiscalização.

9.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança da obra, nos termos do art. 618 do Código Civil, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



10.1. São obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e na legislação aplicável:

- a) executar os serviços rigorosamente conforme as especificações técnicas e prazos pactuados;
- b) manter, durante toda a execução do contrato, responsável técnico habilitado, com a respectiva ART/RRT;
- c) fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC) a todos os trabalhadores alocados à obra;
- d) cumprir integralmente as normas de segurança e saúde do trabalho, especialmente a Norma Regulamentadora NR-18;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- f) reparar quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato;
- g) manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- h) cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, quando aplicável, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021;
- i) não veicular publicidade acerca do contrato, salvo autorização expressa da CONTRATANTE;
- j) responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e securitários decorrentes da execução do contrato, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) fiscalizar a execução contratual, na forma da Cláusula Oitava;
- b) efetuar os pagamentos nos prazos e condições pactuados;
- c) fornecer à CONTRATADA as informações e os elementos técnicos necessários à execução da obra;
- d) emitir a Ordem de Serviço e demais atos formais necessários ao início e ao acompanhamento da execução contratual;
- e) permitir o livre acesso dos empregados e prepostos da CONTRATADA às



instalações necessárias à execução do objeto;

f) proporcionar as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa desempenhar suas obrigações dentro das normas estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item 12.2, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, mediante autorização prévia e expressa da CONTRATANTE.

13.2. É vedada a subcontratação total do objeto, bem como a subcontratação da parcela de maior relevância técnica exigida como requisito de qualificação técnico-operacional na licitação, a qual deverá ser executada, obrigatoriamente, pela própria CONTRATADA.

13.3. A subcontratação não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades legais e contratuais perante a CONTRATANTE, respondendo aquela solidariamente com a subcontratada pela perfeita execução do objeto.

13.4. A empresa subcontratada deverá comprovar, perante a CONTRATANTE, os mesmos requisitos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A CONTRATADA que cometer infrações previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal cabível, às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa, na forma prevista no Edital e neste contrato, não superior, na sua totalidade, a 10% (dez por cento) do valor do contrato;



c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

14.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 14.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2. A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos do art. 138, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, ou amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

15.3. Quando a rescisão ocorrer com base em motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Quarta, será assegurada à CONTRATANTE a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados, bem como a execução da garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

16.1. Não obstante a Matriz de Alocação de Riscos seja obrigatória apenas para os regimes de contratação integrada e semi-integrada, nos termos do art. 22 da Lei nº 14.133/2021, as partes reconhecem, para fins de boa governança contratual, a seguinte alocação de riscos ordinários da execução da obra:

a) são de responsabilidade da CONTRATADA os riscos inerentes à execução dos serviços, tais como falhas de gestão, produtividade da mão de obra, custos de insumos dentro da normalidade de mercado e eventos ordinários previsíveis;

b) são de responsabilidade da CONTRATANTE os riscos decorrentes de fato do príncipe, de alterações unilaterais do projeto determinadas pela Administração, e de eventos supervenientes, imprevisíveis e de consequências incalculáveis, na forma da álea extraordinária;

c) os riscos geológicos e de interferências não identificáveis por ocasião da elaboração do orçamento, quando comprovados, serão tratados como álea extraordinária, sujeitos a reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, no exercício correspondente:

FICHA	AÇÃO	DOTAÇÃO	FONTE	ELEMENTO/SUBELEMENTO
460	Construção e Manutenção de Praças, Parques e Jardins	15.451.1007.1014	1.710.0000.000000 / 1.500.0000.000000	449030 / 449039

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Este contrato somente poderá ser alterado por meio de termo aditivo, subscrito pelas partes, nas hipóteses admitidas em lei.

18.2. Fica vedada a subdelegação, cessão ou transferência, total ou parcial, das obrigações assumidas neste contrato, salvo a subcontratação admitida na Cláusula Décima Terceira.

18.3. As partes se comprometem a tratar quaisquer dados pessoais a que tenham acesso em razão da execução deste contrato em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), utilizando-os exclusivamente para os fins aqui previstos.

18.4. Aplicam-se subsidiariamente a este contrato as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), no que couber, e os princípios gerais dos contratos estabelecidos na legislação civil.

18.5. A tolerância de uma das partes quanto ao eventual descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato pela outra não implicará novação ou renúncia a qualquer direito, constituindo mera liberalidade, que não impedirá a parte tolerante de exigir da outra o fiel cumprimento deste contrato, a qualquer tempo.

18.6. A publicação resumida deste instrumento e de seus eventuais aditamentos, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela CONTRATANTE no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial Eletrônico do Município, nos termos do art. 94 e do art. 91, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO



19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Araguatins/TO para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

São Bento do Tocantins/TO, ____ de _____ de 2026.

PAULO WANDERSON DE SOUSA DAMASCENO Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____
2. _____ CPF: _____